

OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DA 1º GRE DE PARNAÍBA – PI

THE CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF THE MANAGEMENT OF SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION OF THE 1ST GRE DE PARNAÍBA – PI

Cecília Sávia Oliveira Aguiar¹ Wellington Silva Aguiar²
Maria Durciane Oliveira Brito³ Kamila Lima de Macedo⁴
Luana Crys Silva de Souza⁵.

RESUMO: A Educação inclusiva enfrenta várias dificuldades no contexto atual, a partir disso, o presente artigo buscou analisar os desafios e as perspectivas da gestão da Educação Especial e Inclusiva da 1º Gerência Regional de Educação (GRE) de Parnaíba – PI. Neste sentido, foram levantados dados sobre a história da Educação Especial no Brasil, além de apresentar os avanços que norteiam inovações no âmbito da Educação Especial. O tipo de pesquisa caracteriza-se como exploratória, onde foi desenvolvida por meio de um questionário via WhatsApp, pois segundo Gil (2002), promove a correlação entre o pesquisador e o pesquisado. Neste caso, o mesmo foi direcionado para a coordenadora da Educação Especial e Inclusiva da 1º GRE de Parnaíba-PI, onde o questionário apresentava sete questões que foram elaboradas de acordo com o tema do artigo. Dessa forma, foi obtido resultados satisfatórios, pois o estudo promoveu um conhecimento acerca das questões que norteiam a Educação Inclusiva atualmente, bem como o trabalho da gestão frente aos desafios recorrentes. Além do mais, foi verificado o quanto é importante a coletividade da sociedade como um todo para a melhoria da inclusão escolar e as capacitações, as quais deveriam ser direcionadas para todos os profissionais da rede pública de ensino, e não somente para os que já atuam na área da inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Desafios. Inclusão.

ABSTRACT: Inclusive education faces several difficulties in the current context, since this article sought to analyze the challenges and perspectives of the management of Special and Inclusive Education of the 1st Regional Education Management (GRE) of Parnaíba - PI. In this sense, data were collected on the history of Special Education in Brazil, in addition to presenting the advances that guide innovations in the field of Special Education. The type of research is characterized as exploratory, where it was developed through a questionnaire via WhatsApp, because according to Gil (2002), it promotes the correlation between the researcher and the researched. In this case, it was directed to the coordinator of Special and Inclusive Education of the 1st GRE of Parnaíba-PI, where the questionnaire presented seven questions that were elaborated according to the theme of the article. Thus, satisfactory results were obtained, because the study promoted a knowledge about the issues that guide Inclusive Education today, as well as the work of management in the face of recurrent challenges. Moreover, it was verified how important the collective of society as a whole is for the improvement of school inclusion and training, which should be directed to all professionals in the public school system, and not only to those who already work in the area of inclusion.

Keywords: Inclusive Education. Challenges. Inclusion.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Parnaíba. cecilia.savia10@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Parnaíba. wellingtonnaruto2019@gmail.com

³ Universidad Tecnológica Intercontinental. durciane@ifpi.edu.br

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Parnaíba. macedokamila21@gmail.com

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Parnaíba. luanacrys05@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

É de grande importância a luta pelos direitos das minorias, o que de certa forma está relacionada com a oferta de oportunidades para todos, considerando suas necessidades e limitações. Quando esse ideal é deslocado para a educação, o movimento se traduz em inclusão escolar, o qual é focado na construção de uma escola democrática, onde todas as necessidades específicas dos alunos sejam atendidas e a diversidade seja aceita, respeitada e valorizada (DA SILVA, 2010).

Nessa perspectiva, a educação inclusiva por muito tempo ficou restrita a debates em congressos e textos especializados, mas hoje, torna-se determinante nas políticas públicas para a educação a nível federal, estadual e municipal. Nesse sentido, o MEC define a inserção de deficientes no sistema regular de ensino como diretrizes da Educação Especial, e prioriza o financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração (GLAT; NOGUEIRA, 2003).

Por outro lado, as escolas do Brasil ainda enfrentam diversos desafios na inclusão de todos os alunos, ou seja, o caráter excludente, segregado e conservador do ensino, ainda persistem nos dias atuais. Ademais, com os alarmantes quadros de exclusão produzidos pelas escolas, geram elevadas proporções negativas, que acabam prejudicando a trajetória educacional de muitos estudantes. A situação tem se arrastado ao decorrer do tempo e perpetuado transgressões e desmandos aos direitos à educação, sendo na maioria das vezes, por falta de um acompanhamento efetivo dos pais, das autoridades de ensino e da justiça (MANTOAN, 2010).

Vale ressaltar, que um dos grandes desafios da inclusão, é exatamente o convencimento dos pais que possuem filhos excluídos das escolas regulares, de irem procurar o cumprimento do ornamento jurídico referente ao direito à educação obrigatória, gratuita e de qualidade para todos. Nesse caso, os professores devem apoiar os pais em suas dificuldades. Além disso, existe a resistência dos grupos sociais às mudanças e inovações, onde prevalecem burocracias arcaicas e coniventes as tradições e à gestão presente na instituição (MANTOAN, 2010).

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios e as perspectivas da gestão da Educação Especial e Inclusiva da 1º Gerência Regional de Educação (GRE) de Parnaíba – PI, e específicos, elaborar um questionário acerca do tema abordado, bem como, direcionar os questionamentos à coordenadora de Educação Especial da 1º Gerência Regional de Educação (GRE) de Parnaíba – PI e entender os desafios atuais da inclusão escolar. A partir disso, justifica-se para a obtenção de um conhecimento em torno das atuais questões que norteiam educação inclusiva em Parnaíba – PI.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Uma Breve Abordagem Histórica da Educação Especial no Brasil

No Brasil, a Educação Especial se caracterizou por uma maior atenção às deficiências visuais e auditivas. A exemplo disso, tem-se a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” em 1854, conhecido hoje como Instituto Benjamin Constant e do “Instituto dos surdos-mudos” em 1857, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), os quais foram criados por iniciativas do governo Imperial na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo com a criação desses Institutos, em 1872, com uma população de 15.840 cegos, apenas 35 eram atendidos, e de 11.595 surdos, apenas 17 eram atendidos (MIRANDA, 2004).

Quando se pensa em deficiência intelectual, o país é marcado por negligência até a década de 50, pois a produção teórica era voltada para os meios acadêmicos, ou seja, não existia assistência educacional para pessoas com deficiência (MIRANDA, 2004). Nessa perspectiva, da Silva (2010), aborda que no Brasil o primeiro momento da Educação Especial caracteriza-se pela segregação, já que a educação dos indivíduos deficientes acontecia em anexos de hospitais psiquiátricos e em instituições especializadas. No entanto, na década de 1960, devido ao aumento do número de instituições especializadas, começou-se a luta pelos direitos da escolarização das pessoas deficientes nas escolas regulares.

Em 1970 houve um crescimento significativo dos trabalhos em história da Educação Especial, em decorrência do surgimento de programas de pós-graduação e pesquisa em educação. Em 1973, é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e no final dos anos 70, iniciam-se os primeiros cursos de formação de professores no âmbito da Educação Especial (DOTA; ALVES, 2007). Em seguida, nos anos 80 houve intensas discussões sobre os direitos sociais, onde eram enfatizadas reivindicações populares de grupos, até então, excluídos dos espaços sociais, tudo isso culminou na luta pela ampliação do acesso e da qualidade da Educação Especial nos anos 90 (GLAT; FERNANDES, 2005).

A educação inclusiva no Brasil passou por muitas reformas na década de 1990, as quais atingiram todos os setores educacionais incluindo a Educação Especial. Ainda nessa década, tem-se a promulgação da LDBEN (n. 9394/96), que dispõe um capítulo específico, contendo três artigos para tratar da Educação Especial (GARCIA; MICHELS, 2011). Diante desta perspectiva, Miranda (2004), aborda que em meados da década de 90, começaram os discursos a respeito da inclusão escolar no Brasil, porém a consumação não será certificada por decretos, portarias ou leis que obriguem a escolas a aceitarem os deficientes, mas sim, quando ocorrem transformações estruturais no sistema educacional.

Ao longo dos anos 2000, vários eventos internacionais influenciaram a Educação Especial, tais como, as convenções de Guatemala em 2001 e a de Nova Iorque em 2006, e outras que promoveram a divulgação da inclusão na educação. Ademais, os anos de 2008, 2009 e 2010 foram significativos para a definição de mudanças de curso nas diretrizes da política no Brasil. Dentre as mudanças, tem-se a compreensão acerca da população a ser atendida pela Educação Especial, a partir daí, compreende-se os alunos com necessidades especiais, aqueles que apresentam deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (GARCIA; MICHELS, 2011).

2.2. Inovação no Âmbito da Educação Especial

A exclusão social e humana ainda é um grande desafio na atualidade, porém vem tomando novas proporções, pois no passado o indivíduo com deficiência era banido através da morte, na época atual a exclusão está sendo retratada discretamente nos grupos sociais, ou seja, o distanciamento do diferente. Corroborando com isso, Mantoan (2010) afirma que a segregação social acontece quando uma pessoa comete qualquer infração ou tenha traços de anormalidade para os padrões sociais.

Nesta perspectiva, foi reivindicando ao Plano Nacional de Educação (PNE), a aproximação e integração dos deficientes através da aprendizagem, com essa ideia surgiu o termo inclusão, que é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir pessoas com necessidades especiais nos sistemas sociais gerais. Com isso, o indivíduo com necessidade especial encontra-se propício ao seu desenvolvimento no contexto educacional e social (SASSAKI, 1997).

Ressaltando a inclusão no âmbito social Sasaki (1997, p.42) diz que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes nos ambientes físicos (espaço interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto da própria pessoa com necessidades especiais (SASSAKI, 1997).

Ademais, as inovações acerca da educação estão vinculadas a escola, ao aluno especial, a família, ao professor e a todos que estão envolvidos neste processo. Nesse caso, sendo necessária e viável a resignificação do sistema de ensino, no sentido de sua participação, a utilização de metodologias ativas e inclusivas que possa facilitar a interação professor-aluno, além de possibilitar a capacitação dos educadores para o melhor desempenho da profissão, obedecendo e respeitando as dificuldades e necessidades educativas especiais de cada aluno, dessa forma o uso de tecnologias inovadoras também são fundamentais para o desenvolvimento

intelectual e cognitivo dos deficientes, favorecendo o ensino-aprendizagem dos mesmos (SÁNCHEL, 2005).

Portanto, o caminho para uma total inclusão ainda é longo, sendo necessária a evolução legislativa, educacional e social, além disso, é importante a atuação da família no processo de ensino e buscando os seus direitos. Pois de acordo com Correia (2008) “A criança tem que ser respeitada e encorajada a aprender até o limite de sua capacidade”. Neste sentido, a escola inclusiva com todas as suas particularidades promove a integração das diversidades, onde as especificidades são acolhidas e respeitadas.

3. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa caracteriza-se como exploratória, onde foi desenvolvida por meio de um questionário via WhatsApp, pois segundo Gil (2002), promove a correlação entre o pesquisador e o pesquisado, o qual proporciona uma maior afinidade com a problemática. Nesse sentido, o mesmo foi direcionado para a coordenadora da Educação Especial e Inclusiva da 1º GRE de Parnaíba-PI (a qual está sendo citada como Sakura Haruno), abordando “Os desafios e as perspectivas da gestão da Educação Especial e Inclusiva da 1º GRE de Parnaíba-PI”. O questionário apresenta sete questões que foram implementadas em forma de texto nos resultados e discussão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na escola inclusiva, é essencial que haja mudanças nas propostas educacionais de forma que o currículo seja idealizado e executado pelos professores, gestores, pais, alunos e todos que se interessam por uma educação de verdade dentro da sua comunidade (MANTOAN, 2003). Para isso, é importante conhecer as necessidades, os anseios, as expectativas dos alunos deficientes, pois quando não se tem esse conhecimento o aluno é colocado em uma situação de exclusão, contribuindo para a impossibilidade de concretização de seus direitos (GODOY, 2000). No entanto, a gestão muitas das vezes está sujeita a desafios que impedem significativamente a inclusão do deficiente na escola. A respeito disso, Sakura Haruno (2019), aborda:

O primeiro desafio é o engajamento das famílias no processo de ensino aprendizagem de tais alunos, pois a maioria não procura entender as dificuldades que aquele aluno encontrará pelo caminho e que por consequência precisará de apoio, deixando a cargo do professor titular e/ou profissional de apoio. Outro ponto considerado como desafio é a falta de adesão dos professores à inclusão, poucos realmente adaptam suas atividades e avaliações ao contexto do aluno com deficiência, alegando desconhecimento ou falta de tempo, pois muitas vezes precisam trabalhar em diversos espaços (HARUNO, 2019).

A luta pela inclusão dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, durante muito tempo vem ganhando força, e atualmente a educação é um direito de todos. O reconhecimento desse direito é de extrema importância para a inclusão do deficiente no meio escolar e social, mas devido a exclusão ser um processo anterior ao educacional, somente a legislação não é o suficiente para solucionar o problema (MONTEIRO, 2008). Dessa forma, existem vários fatores que contribuem para a exclusão, quanto a isso, Sakura Haruno (2019) destaca “a falta de sensibilidade da comunidade escolar para a inclusão, o desconhecimento sobre deficiências, o preparo precário de professores para o processo inclusivo e falta de engajamento da gestão escolar no que tange a inclusão” (HARUNO, 2019).

Segundo Paro (2001), as pessoas se organizam de forma coletiva para alcançar objetivos em comum, os quais são alcançados da melhor forma possível se utilizando dos recursos que se dispõe. Na gestão democrática os recursos são utilizados de forma consciente e intencional para buscar melhorias em uma determinada comunidade. Quando se pensa em Educação Especial, é necessário que a gestão ofereça atividades que englobam todos os profissionais de forma a superar os desafios da Educação Inclusiva, de maneira coletiva e colaborativa. Nessa perspectiva, Sakura Haruno (2019) afirma que a gestão da 1º Gerencia Regional de Educação de Parnaíba – PI pode melhorar a educação das pessoas com deficiência da seguinte forma:

Permitindo que capacitações permanentes voltadas para a educação inclusiva faça parte do calendário escolar de todos os professores da rede regular, não se restringindo a aqueles que já trabalham com a educação especial, permitindo assim que haja espaço para discussão da verdadeira inclusão (HARUNO, 2019).

Apesar do Censo Escolar de 2002 demonstrar que, o número de alunos com deficiências incluídos no ensino regular aumentou aproximadamente 150% desde 1998, não é possível confirmar a qualidade da escola inclusiva. Quando se analisa as condições oferecidas juntamente com as necessidades dos alunos, percebe-se que a escolarização ainda é insuficiente e precária, ou seja, mesmo que o deficiente tenha acesso às classes regulares, não significa dizer que seu sucesso escolar está garantido. Nesse sentido, torna-se pertinente verificar a natureza dos serviços educacionais oferecidos, considerando que os alunos deficientes tenham qualidade de ensino e não apenas, o acesso às escolas (FACIÓ, 2009). A partir disso, para a promoção da inclusão nas escolas de Parnaíba – PI, Sakura Haruno (2019) afirma que:

Nas escolas jurisdicionadas à 1ª GRE trabalhamos seguindo a Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 57/2016, a qual garante profissional de apoio aqueles alunos com comprometimento das funções cognitivas, motoras, sensoriais, bem como prejuízo na comunicação e/ou socialização [...]. Na 1ª GRE buscamos fornecer profissional intérprete para os alunos surdos, profissional de apoio (cuidadores) para cada aluno que necessite de muito auxílio nas atividades diárias e as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em várias escolas estaduais, com atendimento em contra turno

para os alunos que necessitam de atenção especializada (alunos com deficiência ou altas habilidades e superdotação). Contamos com o CAP (Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual) no qual são realizados atendimentos especializados para pessoas com baixa visão e deficientes visuais, como também transcrição de materiais de tinta para braile e vice-versa, para os alunos que estão na educação regular, além de proporcionar formações para os professores da rede de ensino [...]. Diante dos desafios a 1ª Regional de Educação, está atenta e procurando melhorar sua oferta de atendimento no âmbito educacional e social e conta com uma equipe de Psicólogas a NUAPSI (Núcleo de Atenção Psicossocial da 1ª GRE) que acompanha e atende alunos das escolas de nossa rede (HARUNO, 2019).

Vale ressaltar, que em algumas escolas de Parnaíba-PI que atendem alunos surdos, trabalha apenas um único intérprete que atua em mais de uma escola, onde muitas das vezes o intérprete não consegue chegar a tempo do início das aulas. Além disso, a não oferta de concursos públicos é um fator decisivo para agravar este problema no atual sistema educacional brasileiro. Ademais, segundo Lacerda (2006) é evidente a necessidade de intérpretes de Libras, pois são poucas as pessoas que possuem uma formação específica para atuarem como intérprete no âmbito educacional. Ainda, tem crescido a oferta de cursos, no entanto, concentram-se nas grandes cidades, ou seja, restringindo o acesso para a população rural.

De acordo com essa perspectiva Sakura Haruno (2019), afirma que:

Na 1ª GRE atualmente contamos com 21 instrutores/intérpretes de Libras, portanto no ano de 2019 conseguimos atender a demanda da cidade de Parnaíba, ainda ficamos com falta de profissional em duas das cidades jurisdicionada. A falta de concurso realmente dificulta a continuidade do trabalho que vem sendo realizado, como também não traz a satisfação dos profissionais lotados para tal função, no entanto buscamos diminuir a falta do profissional dentro da rede através de processos seletivos realizados de acordo com a demanda existente (HARUNO, 2019).

Este posicionamento acerca das limitações do intérprete educacional, mostra que é preciso elevar o investimento e estimular o reconhecimento dessa profissão, pois no contexto escolar, o intérprete não desempenha apenas o seu papel, como contribui para a formação e construção de cidadãos críticos e reflexivos, procurando facilitar o acesso aos conhecimentos de pessoas surdas.

Ademais, para Batalla (2009) a Educação Inclusiva apresenta como pressuposto “Escola para todos”, na qual, promove a igualdade de oportunidades, trabalhando na heterogeneidade e diversidade, onde o ensino-aprendizagem é desenvolvido acerca do respeito as necessidades e o ao contexto social de cada aluno. Neste sentido, as perspectivas futuras para a melhoria da Educação Especial, mediante ao que a gestão da Educação Especial e Inclusiva da 1ª GRE de Parnaíba-PI está oferecendo as instituições escolares.

Sakura Haruno (2019), diz que:

Que consigamos garantir todos os direitos das pessoas com deficiência, no que concerne à educação estadual, no menor espaço de tempo possível, pois apesar de todos os nossos esforços, temos consciência que algumas vezes o processo de liberação de profissionais especializados é moroso e acaba por vezes fazendo com que o aluno se evada do ambiente escolar. Como citado anteriormente, esperamos que capacitações para os professores de sala regular entrem no calendário escolar, que dessa forma torne-se um hábito o olhar coletivo para a responsabilização que se tem no processo ensino aprendizagem de cada aluno com deficiência da escola (HARUNO, 2019).

A partir dessa concepção, é notório que no município de Parnaíba-PI ainda é persistente a resistência em compreender o significado da inclusão escolar. Corroborando com essa perspectiva, Sakura Haruno (2019) aborda que este paradigma é devido “a falta de engajamento dos profissionais da rede, alguns por perceberem que se trata de um grande desafio e que necessita de disponibilidade prefere se esquivar, outros por falta de conhecimento” (HARUNO, 2019).

Dessa forma, Carvalho (2009) afirma que a resistência a inclusão é explicada pela estrutura do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois temem que aconteça uma desarticulação dos ideais da Educação Inclusiva, a partir disso proporcionando resultados insatisfatórios a respeito dos méritos ao atendimento de pessoas deficientes no ensino regular. Portanto, é necessário que essa situação seja desmistificada, para a consolidação de uma Educação obrigatória e de qualidade para todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, através da pesquisa foram analisados os desafios e as perspectivas da gestão da Educação Especial e Inclusiva da 1º GRE de Parnaíba-PI, sendo possível devido a elaboração de um questionário, o qual foi direcionado para a coordenadora de Educação Especial de Parnaíba-PI. Ademais, o estudo promoveu um conhecimento acerca das questões que norteiam a Educação Inclusiva atualmente, bem como o trabalho da gestão frente aos desafios recorrentes. Além do mais, foi verificado o quão é importante a coletividade da sociedade como um todo para a melhoria da inclusão escolar e as capacitações, as quais deveriam ser direcionadas para todos os profissionais da rede pública de ensino, e não somente para os que já atuam na área da inclusão.

REFERÊNCIAS

BATALLA, D. V. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira**. Fundamentos em Humanidades, v. 10, n. 19, p. 77-89, 2009.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CORREIA, L. M. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um guia para educadores e professores**. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2008.

DA SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Editora Ibpx, 2010.

DOTA, F. P.; ALVES, D. M. **Educação especial no Brasil: uma análise histórica**. Revista Científica Eletrônica de Psicologia, v. 8, 2007. Disponível em: <<http://files.josiprofessora.webnode.com/200000029-b1597b253c/edic08-anov-revisao03.pdf>>. Acessado em 15 de novembro de 2019.

FACIÓ, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. Editora Ibpx, 2009.
GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15-educação especial da ANPED**. Revista brasileira de educação especial, v. 17, n. SPE1, p. 105-124, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400009&script=sci_arttext>. Acessado em 16 de novembro de 2019.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira**. Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005. Disponível em: <<https://pt-static.z-dn.net/files/df5/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf>>. Acessado em 16 de novembro de 2019.

GIL, A. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Comunicações, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003.

GODOY, A. et al. **Cartilha da inclusão dos direitos das pessoas com deficiência**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2000.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

MANTOAN, M. T. E. et al. **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão**. Educação, v. 49, p. 127-135, 2003. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/uma_escola_de_todos.htm. Acessado em: 01 de novembro de 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. O desafio das diferenças nas escolas**. v. 3, p. 29-41, 2010.

MONTEIRO, A. C. C. C. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2008. 56f. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília da Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES. Brasília, 2008.

MIRANDA, A. A. B. **História, deficiência e educação especial**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 15, p. 1-7, 2004. Disponível em:<
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2019.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 1997.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. p. 7, 2005.